



Carlos Alberto Serpa (no centro da mesa) abre o simpósio sobre a lei de diretrizes e bases, no Hotel Glória

Simpósio critica projeto de lei educacional

Corporativista, utópica, detalhista e inaplicável. Estas foram algumas das opiniões da maioria dos participantes do Simpósio Nacional sobre a Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, cujo projeto está em tramitação na Câmara dos Deputados. Segundo a Secretária Nacional de Ensino Superior do Ministério da Educação, Eunice Durhan, que abriu os trabalhos ontem de manhã, no Hotel Glória, o projeto estabelece em lei obrigações inviáveis a curto prazo para um país que não consegue sequer que as crianças permaneçam quatro horas na escola.

A atualização da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1971, que criou os cursos profissionalizantes e transformou os cursos primário e ginásial em Primeiro Grau e o secundário

em Segundo Grau, é determinada pela Constituição. O texto em análise na Câmara recebeu 1.200 emendas e propõe, entre outras inovações, a formação de um Conselho Nacional de Educação com 34 integrantes, dos quais quatro seriam indicados pelo Presidente da República e os demais por associações de educadores, estudantes, funcionários e entidades representativas da sociedade.

A nova lei deverá ser votada no início do próximo ano. Essa é a expectativa do Deputado Ubiratan Aguiar (PMDB-CE), representante do partido na Comissão Interpartidária criada para levantar os pontos consensuais e negociar as divergências. Até o dia 15, segundo o Deputado, a Comissão vai remeter o projeto para a votação em plenário.